

7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos deste trabalho, lembramos que o mesmo teve como objeto analisar as percepções que jovens em conflito com a lei e jovens de uma escola estadual da cidade do Rio de Janeiro possuem sobre a escola.

Com relação aos aspectos metodológicos podemos afirmar que a trajetória percorrida possibilitou o alcance dos objetivos, enfatizando que essa escolha determina e limita a natureza dos resultados e a força de sua generalização. Entretanto, acreditamos que este percurso não torna nossas conclusões inválidas, mas somente, considera que existem aspectos mais fortes e outros mais frágeis em relação a todo processo realizado.

Entendemos que a escola, como outras instituições, continua a reproduzir, nas relações estabelecidas, a lógica mais ampla que regula as relações na sociedade. Partimos desse pressuposto de que a escola (entre outras instituições) realiza a reprodução da sociedade capitalista e seu modo de produção.

Realizados na década de 70, por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, os estudos sobre a reprodução social possibilitaram uma ruptura com a proposta de análise da relação entre a sociedade e a escola, tendo como princípio o paradigma funcionalista. Estes e outros autores inseriram o tema da desigualdade nessa reflexão, tendo em vista que a mesma tornou-se necessária para entendermos a lógica da reprodução nas sociedades capitalistas.

Nas análises desenvolvidas por Bourdieu e Passeron, especificamente, a questão da desigualdade apresenta-se como um importante componente da escola. A partir daí, a seleção, integração e o mérito, tornam-se conceitos fundamentais para estudos sobre a escola. Através dessas reflexões, formuladas no contexto da sociedade francesa, onde a escola, em nível fundamental era pública, as camadas sociais tinham posições desiguais. Por que esta dinâmica ocorria? Qual a sua lógica? Por que as camadas populares mesmo com a certificação, eram desvalorizadas socialmente? Ou seja, como, neste caso específico, o sistema escolar francês produzia no processo de escolarização a desigualdade?

Para tentar responder estas perguntas os autores usaram os conceitos de “violência simbólica e arbitrário cultural”. Esclarecendo que é por intermédio do conhecimento escolar que, em princípio, eram difundidos “igualmente” entre as classes sociais, é que a escola realizava a seleção dos grupos que nela eram inseridos. Esta dinâmica ocorria a partir de duas mediações: pela escolha dos conhecimentos a serem apresentados, que tinham como fundamento os valores das elites e pela apropriação desses conhecimentos, sem considerar as especificidades de cada grupo social.

Consideramos que ao escolher um tipo de conhecimento, assim como as bases culturais e sociais indispensáveis para sua apropriação, sendo esses considerados como os únicos legítimos, a escola transformava os grupos, considerados diferentes (com suas experiências, saberes e desejos) em desiguais. Desse modo, a distância delimitada entre os grupos sociais que nessa instituição ingressavam, eram enormes e se regularizava as desigualdades de atuações, validados pela escola.

Entretanto, consideramos que esta ideia apresenta alguns limites. Avaliamos que mesmo existindo a reprodução das desigualdades sociais, nas instituições escolares, essa formulação não consegue dar conta nem explicar outras manifestações que ocorrem na escola, mesmo incipientes, que vem provocando as análises sobre esta instituição.

Quem sabe, uma das explicações resida no fato de que essas análises foram realizadas na França da década de 70, em um contexto de estado de bem estar social. Considerar que tais análises poderiam ser satisfatórias para examinar as formações sociais significativamente distintas das sociedades capitalistas europeias, sem articulações, seria inocência.

Esclarecemos ainda que não pretendíamos refutar as análises da teoria da reprodução para explicar as relações de desigualdades que são legitimadas pelas instituições escolares. Também não queremos “abrasileirar” a teoria da reprodução, visto que não é o foco de nosso trabalho, não somente porque a pesquisa não oferece elementos necessários que poderiam permitir uma adaptação, mas principalmente porque consideramos que a adaptação de uma teoria a contextos históricos sociais

diversos onde a teoria foi formulada, simplifica, não somente a teoria, como também o fenômeno que se quer compreender.

Assim, nos perguntamos: como as análises de Bourdieu e Passeron seriam capazes de colaborar para compreendermos as desigualdades educacionais presentes no sistema educacional brasileiro? Ter o conceito de desigualdade como principal componente dos processos de escolarização brasileiros nos motiva a indagar: a perspectiva de que a escola é reprodutora das relações sociais de reprodução capitalista seria satisfatória para esgotar o entendimento dos fenômenos de desigualdades existentes nesta instituição? Reafirmamos a ideia de que a escola é reprodutora das relações sociais de produção capitalista. Entretanto, a questão persiste: essa seria a única maneira em que desigualdade se manifesta na escola?

A partir de uma análise sobre o pensamento de Henri Lefébvre, MARTINS (1996), chama atenção para a ideia, formulada por aquele autor, segundo a qual as relações sociais que são estabelecidas não possuem uniformidade nem tampouco têm o mesmo tempo. Para MARTINS (1996),

“Na realidade, coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas” (MARTINS, 1996, pág., 77).

Desse modo, podemos considerar que as relações sociais, são situadas num tempo histórico social e político. Henri Lefébvre desenvolve a ideia de que esta perspectiva possui duas características: que há várias maneiras de desenvolvimento desiguais que incluem a sobrevivência, na sociedade capitalista, e a instauração de estruturas anteriores. Desse modo, as relações sociais e as superestruturas não se desenvolvem concomitantemente.

Logo, concepções sociais específicas formam sujeitos distintos, formas de confronto particulares e processos de sociabilidade diferentes, nenhuma ação de generalização poderá envolver completamente tais fenômenos. Portanto, segundo o autor, a desigualdade entre as formas e ritmos do desenvolvimento histórico, poderá

produzir, no contexto da práxis, o desencontro entre expectativas geradas pelas ações dos indivíduos sobre a natureza e as exigências de assimilação dessas expectativas instituídas pelos mesmos. Assim sendo, essa configuração coloca o indivíduo não como sujeito da prática social, mas como objeto dessa prática. Compreendemos que essa contradição é que vai permitir o nascimento do novo no seio dos processos de produção. Conseqüentemente, neste ponto de vista, a reprodução não está limitada apenas aos aspectos econômicos. Ela também é social, e apresenta, na sua essência a perspectiva do diverso. Segundo SPOSITO (1993), “não há reprodução sem a produção de novas relações” (pág. 37).

Henri Lefébvre possibilitou com suas reflexões sobre a reprodução, ampliar a concepção de Pierre Bourdieu a respeito da escola. Neste sentido, é possível, a partir desta ampliação conceitual, percebermos as contradições onde anteriormente só víamos uma ação interpretativa única das estruturas, especificidades, onde apenas enxergávamos suposições gerais sobre uma sociedade abstrata. Desse modo, a instituição escolar vem sendo historicamente, a legitimadora das desigualdades impostas pelo modo de produção capitalista, sobretudo, na seleção e acesso ao que é produzido material e simbolicamente.

Na metade da década de 90, no Brasil, essa orientação da escola, foi precedida pela ampliação do acesso das crianças em idade escolar ao Ensino Fundamental. Essa ação objetivava a universalização desse segmento em todo território nacional. Consideramos que a forma como este processo foi realizado, colocou a escola em um novo cenário de contradições. Entendemos que seja necessário fazermos algumas considerações acerca das questões acima descritas, de forma a esclarecer as conexões com nosso objeto de estudo.

Primeiramente, gostaríamos mais uma vez de reafirmar que, para nós, a reprodução das relações sociais não ocorre de forma unívoca. Consideramos que os mesmos mecanismos de reconhecimento e reprodução do capital geram, assim, a expectativa do estabelecimento de novas relações. Sendo assim, o processo de exclusão, realizado pela escola, não se dá de forma tranquila, mas como uma ação tensa e negociada na própria escola. Desse modo, a escola se configura em um espaço

de lutas que incluem as ações, muitas vezes não percebidas, das estruturas colocadas pelos movimentos dos indivíduos neste espaço.

Em segundo lugar, entendemos que nem todas as escolas vivenciam a mesma ação excludente, ou seja, de deterioração das instituições escolares em que estão inseridas as camadas populares. Logo, à entrada deste segmento na instituição escolar, obedece a um processo de hierarquia deste espaço, que baliza as distintas posições destinadas aos indivíduos na sociedade, que é marcada pela desigualdade social.

Este processo de escolarização das camadas populares, que permitiu o acesso, retardou a saída, fazendo com que o tempo e permanência na escola fossem ampliados, gerando novas relações no seio desta instituição, caracterizando também, novas formas de vulnerabilidades e marginalização neste processo.

A questão teórica mais ampla reside no fato de como nos aproximamos das relações entre o fazer pedagógico realizado no interior da escola e a lógica social, sem cairmos numa dicotomia entre esta instituição escolar como lugar de reprodução da sociedade capitalista e ou da mesma como local de resistência. Como elaboramos uma análise sobre a escola, sem restringi-la a uma instituição sem pessoas? Ou, por outro lado, como realizar uma reflexão onde os indivíduos não apareçam como sujeitos autônomos? Por fim, como conseguir uma análise das expectativas demarcadas pela instituição escolar com os limites e as perspectivas das ações dos indivíduos na esfera dessa delimitação?

No caso deste estudo, optamos pelo recorte de maneira singular. Queríamos entender os processos realizados pelos jovens das camadas populares para a margem da sociedade, mediados pela escola (processos estes que impedem a participação nas esferas social, política e econômica neste país). Para nós, o enfrentamento desta questão é de fundamental importância para os rumos desta instituição.

Assim, conforme relatado nos capítulos anteriores, desenvolvemos uma aproximação com a temática da exclusão, objetivando, ainda que de forma preliminar, apresentar algumas questões, que permitam problematizar o tema da exclusão como categoria que também explica as relações socioeconômicas na sociedade contemporânea.

Os dados mostraram que os processos de escolarização entre os jovens da pesquisa se deram de modos diferentes. A média de escolarização dos jovens em conflito com a lei é compatível com o histórico de repetência e abandono. Esses processos sugerem trajetórias distintas e desiguais no interior da instituição escolar além de apropriação também desigual do conhecimento que a escola, por princípio, deveria propagar. Significa dizer que tais processos conferem a possibilidades desiguais de vivenciar formas de socialização. Implica afirmar que alguns jovens, em situação de mais vulnerabilidade, ficaram impedidos da experiência da escola ou mesmo de criar novas maneiras de fixarem nesta instituição.

Neste estudo, a metodologia qualitativa buscou apresentar um fenômeno que diz respeito às questões enunciadas, qualificando as respostas dos jovens que responderam os questionários de modo que, ao entender as manifestações do fenômeno no contexto observado, tornou-se possível inferir sobre outras manifestações do mesmo fenômeno em outros contextos.

Assim, as conclusões apresentadas não se reduzem a expor um conjunto de ações a serem promovidas em contextos escolares como uma maneira de reduzir a situação de vulnerabilidade dos jovens e o cometimento de atos infracionais. Antes, gostaríamos de assinalar o fenômeno como possuidor de sentidos diversos, complementares ou semelhantes, nos diferentes contextos, que possuem dinâmicas próprias, que necessitam serem observados em seus aspectos específicos, de maneira a permitir compreender o que pode incidir em proteção aos jovens nos contextos da escola e socioeducativo existentes.

Sabemos que os fatores de vulnerabilidade e de proteção podem ser percebidos em todos os aspectos da vida do jovem: na escola, em seu bairro/comunidade, etc. Estes fatores não acontecem de maneira estanque, existindo entre eles uma estreita relação. Por outro lado, percebem-se também nestes contextos, ações específicas de proteção. Desse modo, existem diversas dimensões dos resultados deste estudo que são importantes para percebermos o papel da escola na vida destes jovens.

Conforme salientado anteriormente a juventude está associada um período da vida em que o sujeito demanda por maior autonomia. Mesmo assim, observamos que

esta expectativa considera de modo não excludente, outra dimensão: receber orientação e cuidados ao longo deste processo, para que possam fazer escolhas autônomas sim, mais certas. A orientação e supervisão podem determinar por sua entrada ou não no cometimento do ato infracional.

Consideramos que a ausência da orientação pode incidir sobre o desenvolvimento do jovem e na sua capacidade de formular projetos de vida em longo prazo. Os amigos/colegas-base de suporte social- se estão envolvidos com situações de infrações, podem valorizar e comprometer comportamentos neste sentido. No que se refere aos vínculos familiares, avaliamos que quando fragilizados, podem distanciar mais ainda os jovens de outras referências que não estejam associadas ao cometimento do ato infracional.

Por outro lado, no aspecto referente ao contexto escolar e seu papel neste processo, avaliamos que a escola tem sido desafiada a dar uma resposta sob o ponto de vista da proteção ao jovem, não podendo mais ser considerada apenas sob a perspectiva de ser um espaço para aprendizagens e do desenvolvimento cognitivo. Ou seja, o que torna a escola uma instituição de proteção está relacionado com a possibilidade de a escola ser constituída por indivíduos e são estes, com suas relações próximas e simbólicas, que estabelecem e consolidam a escola como um espaço de proteção.

Desse modo, há necessidade de se apresentar um conjunto de ações e diretrizes, no sentido de garantir cada direito conquistado, pois, conforme afirmamos anteriormente, as trajetórias juvenis são diversificadas e os mecanismos e condições para ter acesso às ações e serviços, são também diversos e por vezes desiguais. Assim, avaliamos que existe uma postura em considerar para além do direito a formação e preparação para a futura vida adulta, é indispensável garantir também aos jovens sua inserção e participação na vida social e política. Significa ir além do direito garantido a qualificação profissional e ao trabalho, mas pensar também em possibilitar ao jovem o alcance da autonomia e independência. Isso passa, por exemplo, em rever a focalização da política, que em geral, está concentrada nos responsáveis pelos jovens. Não poderíamos pensar em mecanismos de transferência de renda para os próprios jovens, em vez dos responsáveis?

Com relação a esta parcela da juventude em situação de vulnerabilidade social, tanto aquelas que cometem ato infracional como que estão na Escola Estadual, salientamos que conseguimos traçar o perfil de ambos, um dos objetivos deste trabalho. Com relação aos jovens estes são oriundos de famílias com poder aquisitivo baixo. A grande maioria dos jovens em conflito com lei reside com a mãe e possui baixa escolaridade.

Como relatado anteriormente, para os jovens da Escola Estadual, por possuírem uma família mais próxima, esta rede tende a ser mais eficaz. Já os jovens em conflito com a lei, como estão fora da escola e passam grande parte do tempo na rua, as possibilidades de proteção diminuem, ficando estes em situação de mais vulnerabilidade. Outro agravante reside no fato de que as políticas públicas para este segmento não serem eficazes, visto que estes não são atingidos pelas políticas pelo fato de estarem fora da escola e possuí baixa escolaridade.

Do ponto de vista referente às percepções que os sujeitos pesquisados possuem sobre a escola apontamos que os princípios ou valores que geralmente apreendemos na família como respeito, solidariedade, saber o que é certo ou errado, permanência na escola, os vínculos afetivos, entre outros, foram vivenciados apenas pelos jovens da Escola Estadual. Os outros sujeitos, envolvidos com o ato infracional não desenvolveram estas experiência por vários motivos, já apresentados anteriormente.

Neste sentido, a semelhança entre os sujeitos reside no fato de que ambos passaram pela escola, ainda que por pouco tempo, como no caso dos jovens em conflito com a lei, foi percebida como importante, mas com uma estrutura fragmentada e pouco atraente. Os aspectos mais importantes descritos pelos jovens dizem respeito às relações estabelecidas nesta instituição.

A percepção sobre a escola, segundo os jovens pesquisados consistiram o cerne da pesquisa. Com relação aos jovens em conflito com a lei, não há como negar que no cumprimento da medida socioeducativa de internação exista um sistema de proteção, tendo em vista que, pelo menos, durante o cumprimento da medida, estes não cometem ato infracional. Isto nos leva a pensar que seria uma boa oportunidade de reorientar a vida destes jovens. Algumas ações desenvolvidas no sistema

socioeducativo poderiam oportunizar o desenvolvimento de projetos de vida. O fato de estarem em contato com uma equipe técnica composta de Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos e Educadores, poderia lhes dar suporte para repensarem suas ações. Estes aspectos, articulados com a implementação de políticas públicas focalizadas poderiam servir como um fator de proteção e descontinuidade de cometimento de ato infracional. Ainda neste aspecto, destacamos que as políticas envolvendo educação o cuidado com a saúde pode reduzir a vulnerabilidade social. Além disso, a integração com as famílias, sobretudo no processo de cumprimento da medida, poderia se constituir em uma ação eficaz além de possibilitar os vínculos neste período.

Nossa intenção foi refletir sobre algumas questões que já estão sendo fomentadas na sociedade civil organizada. Avaliamos que as instituições necessitam atualizar seus bancos de dados para que se possam realizar pesquisas, para seguir consolidando os direitos conquistados para juventude, permitindo o conhecimento sobre os jovens estudados, possibilitando a sugestão de políticas públicas mais eficientes.